



**XLVI  
AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**FÓRUM MUNICIPAL DE  
PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO**

- CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;
- CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 compreende idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;
- CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio da COVID-19;
- CONSIDERANDO vários casos confirmados no Estado do Rio de Janeiro;
- CONSIDERANDO a existência de casos confirmados no Município;

- Este Município por meio desta publicação sintetiza e expõe de forma mais suscinta os resultados da execução orçamentária e as metas fiscais através da extração das informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal do 2 bimestre e I quadrimestre, respectivamente.

- Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras até o 1º Quadrimestre de 2020, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência ao cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

- A XLV Audiência Pública, realizado em 29 de maio de 2020, tratará da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2020.

- Como fontes de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 2º bimestre de 2020 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2020, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano XVII, Edição nº 1182 – de 29 de maio de 2020, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

# RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção

Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo VIII - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo XII – Demonstrativo de Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

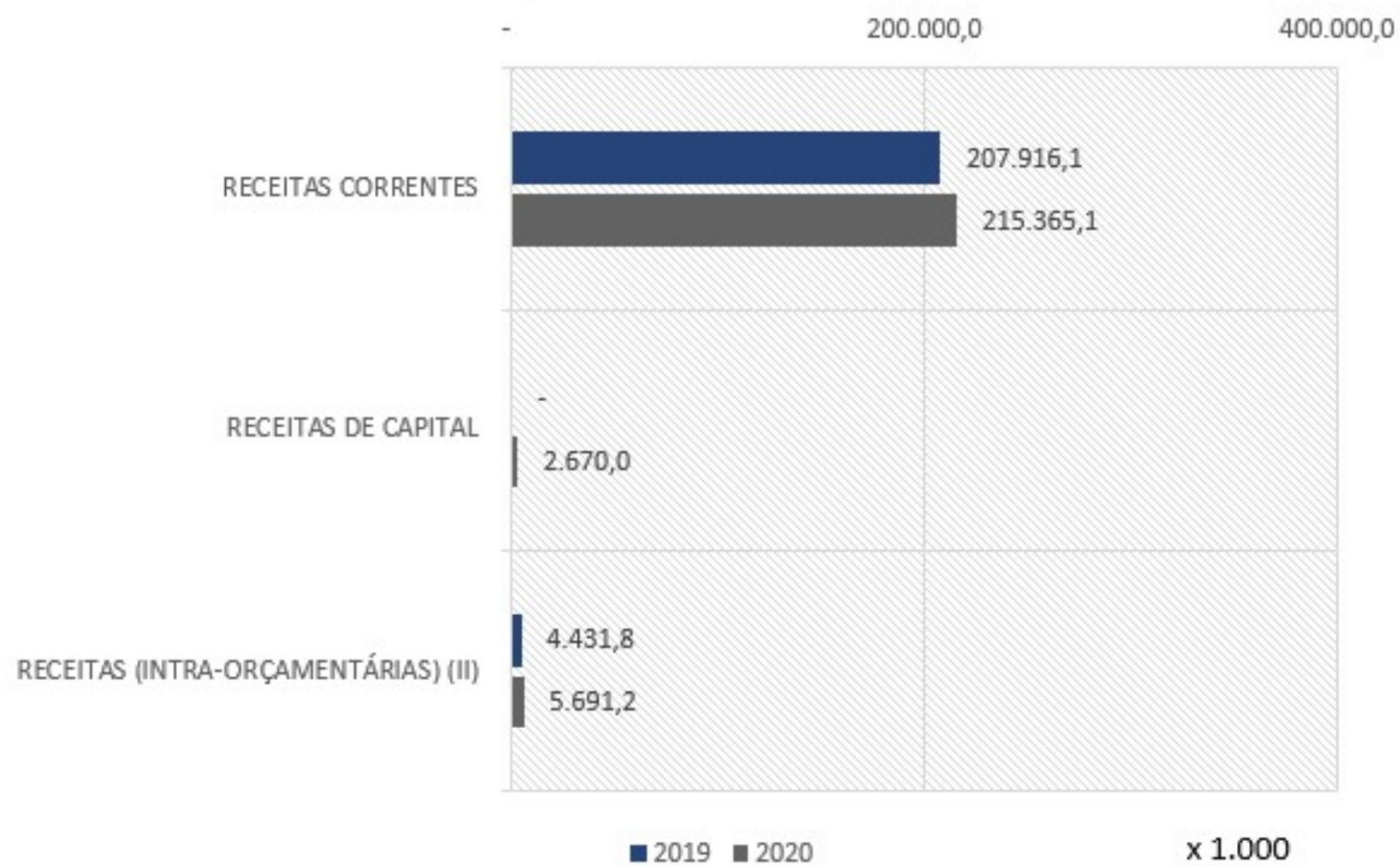
## ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

| ARRECADAÇÃO  |                       | %             |
|--|-----------------------|---------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                              | <b>215.365.135,70</b> | <b>96,3%</b>  |
| <i>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</i>     | <i>59.812.266,80</i>  | <i>26,7%</i>  |
| Impostos   | 53.848.521,60         | 24,1%         |
| Taxas  | 5.963.745,20          | 2,7%          |
| <i>CONTRIBUIÇÕES</i>                                   | <i>12.383.383,60</i>  | <i>5,5%</i>   |
| Contribuições Sociais                                  | 4.391.002,50          | 2,0%          |
| Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública | 7.992.381,10          | 3,6%          |
| <i>RECEITA PATRIMONIAL</i>                             | <i>4.578.615,90</i>   | <i>2,0%</i>   |
| <i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>                             | <i>1.338.404,20</i>   | <i>0,6%</i>   |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais           | 1.300.457,90          | 0,6%          |
| Outros Serviços  | 37.946,30             | 0,0%          |
| <i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>                        | <i>136.173.401,60</i> | <i>60,9%</i>  |
| Transferências da União e de suas Entidades            | 73.636.758,50         | 32,9%         |
| Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades | 32.114.491,90         | 14,4%         |
| Transf. de Outras Instituições Públicas                | 30.422.151,30         | 13,6%         |
| <i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>                       | <i>1.079.063,60</i>   | <i>0,5%</i>   |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos            | 287.417,70            | 0,1%          |
| Demais Receitas Correntes                              | 791.645,90            | 0,4%          |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                             | <b>2.669.950,30</b>   | <b>1,2%</b>   |
| <i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>                               | <i>717,20</i>         | <i>0,0%</i>   |
| <i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>                       | <i>2.669.233,10</i>   | <i>1,2%</i>   |
| <b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>             | <b>5.691.218,00</b>   | <b>2,5%</b>   |
| <b>TOTAL ARRECADADO</b>                                | <b>223.726.304,10</b> | <b>100,0%</b> |

Podemos observar uma leve recuperação em 5,36% a mais da arrecadação do mesmo período do ano anterior como pode ser observado no gráfico a seguir.



## Comparativo 2019 x 2020



## ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

|  | EXECUÇÃO              |                       | %             |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|
|  | Empenhado             | Liquidado             |               |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                  | <b>229.241.030,90</b> | <b>155.624.780,20</b> | <b>92,9%</b>  |
| <i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>          | <i>115.795.912,80</i> | <i>107.537.965,40</i> | <i>64,2%</i>  |
| <i>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</i>          | -                     | -                     | 0,0%          |
| <i>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</i>           | <i>113.445.118,10</i> | <i>48.086.814,80</i>  | <i>28,7%</i>  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                 | <b>16.322.157,40</b>  | <b>6.338.511,30</b>   | <b>3,8%</b>   |
| <i>INVESTIMENTOS</i>                       | <i>15.589.063,30</i>  | <i>6.096.806,90</i>   | <i>3,6%</i>   |
| <i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>               | -                     | -                     | 0,0%          |
| <i>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</i>               | <i>733.094,00</i>     | <i>241.704,50</i>     | <i>0,1%</i>   |
| <b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>             | -                     | -                     | <b>0,0%</b>   |
| <b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b> | <b>6.142.546,40</b>   | <b>5.605.017,30</b>   | <b>3,3%</b>   |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)</b> | <b>251.705.734,70</b> | <b>167.568.308,80</b> | <b>100,0%</b> |

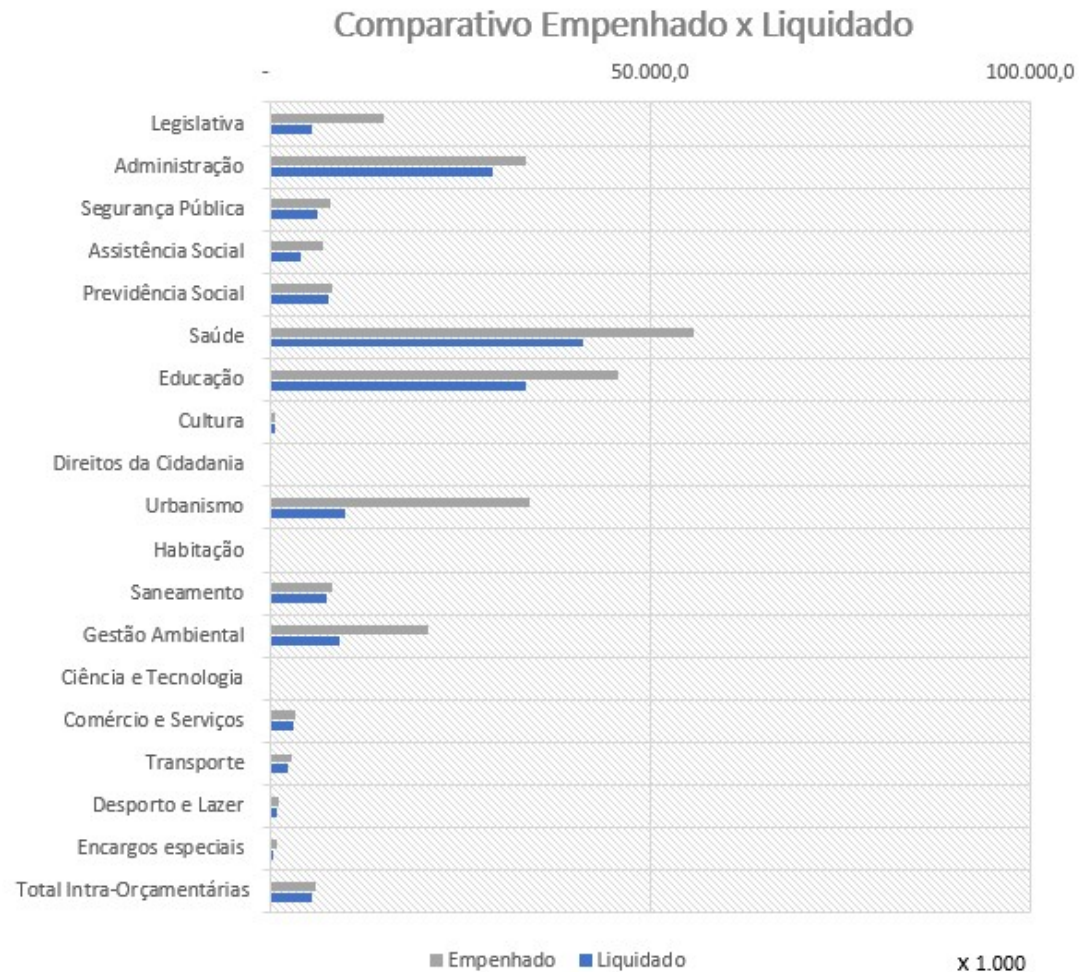
- O valor empenhado em 2020, superior a 2019 em R\$ 4.880.099,10 e liquidado superior em R\$ 12.710.742,60.

## ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

|                              | EXECUÇÃO      |               | %     |                                    | EXECUÇÃO              |                       | %             |
|------------------------------|---------------|---------------|-------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
|                              | Empenhado     | Liquidado     |       |                                    | Empenhado             | Liquidado             |               |
| <i>Legislativa</i>           | 15.074.389,90 | 5.429.608,40  | 3,2%  | <i>Comércio e Serviços</i>         | 3.405.484,00          | 3.073.870,40          | 1,8%          |
| <i>Administração</i>         | 33.679.790,10 | 29.337.443,40 | 17,5% | <i>Transporte</i>                  | 2.775.001,30          | 2.340.385,90          | 1,4%          |
| <i>Segurança Pública</i>     | 7.900.094,70  | 6.364.438,90  | 3,8%  | <i>Desporto e Lazer</i>            | 1.071.261,20          | 882.263,80            | 0,5%          |
| <i>Assistência Social</i>    | 7.015.550,70  | 4.191.575,30  | 2,5%  | <i>Encargos especiais</i>          | 948.523,80            | 457.134,30            | 0,3%          |
| <i>Previdência Social</i>    | 8.256.366,40  | 7.714.190,70  | 4,6%  | <b>Total Orçamentárias</b>         | <b>245.563.188,20</b> | <b>161.963.291,50</b> | <b>96,7%</b>  |
| <i>Saúde</i>                 | 55.777.831,60 | 41.147.204,10 | 24,6% | <i>Legislativa</i>                 | 500.000,00            | 160.141,50            | 0,1%          |
| <i>Educação</i>              | 45.792.272,40 | 33.766.576,20 | 20,2% | <i>Administração</i>               | 2.516.648,90          | 2.330.815,30          | 1,4%          |
| <i>Cultura</i>               | 695.057,80    | 606.960,70    | 0,4%  | <i>Assistência Social</i>          | 114.219,20            | 114.219,20            | 0,1%          |
| <i>Direitos da Cidadania</i> | 64.545,10     | 8.000,00      | 0,0%  | <i>Previdência Social</i>          | 25.248,20             | 25.248,20             | 0,0%          |
| <i>Urbanismo</i>             | 34.167.745,30 | 9.901.752,60  | 5,9%  | <i>Saúde</i>                       | 1.721.397,50          | 1.721.397,50          | 1,0%          |
| <i>Habitação</i>             | -             | -             | 0,0%  | <i>Educação</i>                    | 1.214.039,00          | 1.214.039,00          | 0,7%          |
| <i>Saneamento</i>            | 8.203.708,20  | 7.506.628,90  | 4,5%  | <i>Cultura</i>                     | 25.285,90             | 13.448,70             | 0,0%          |
| <i>Gestão Ambiental</i>      | 20.715.565,70 | 9.235.257,90  | 5,5%  | <i>Saneamento</i>                  | 25.707,70             | 25.707,70             | 0,0%          |
| <i>Ciência e Tecnologia</i>  | 20.000,00     | -             | 0,0%  | <b>Total Intra-Orçamentárias</b> ✦ | <b>6.142.546,40</b>   | <b>5.605.017,10</b>   | <b>3,3%</b>   |
|                              |               |               |       | <b>TOTAL</b>                       | <b>251.705.734,60</b> | <b>167.568.308,60</b> | <b>100,0%</b> |

✦ Corresponde a despesas com Obrigações Patronais, para o pagamento ao Regime Próprio de Previdência do Município de Rio das Ostras.

## ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO



## ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

### ■ **RCL**

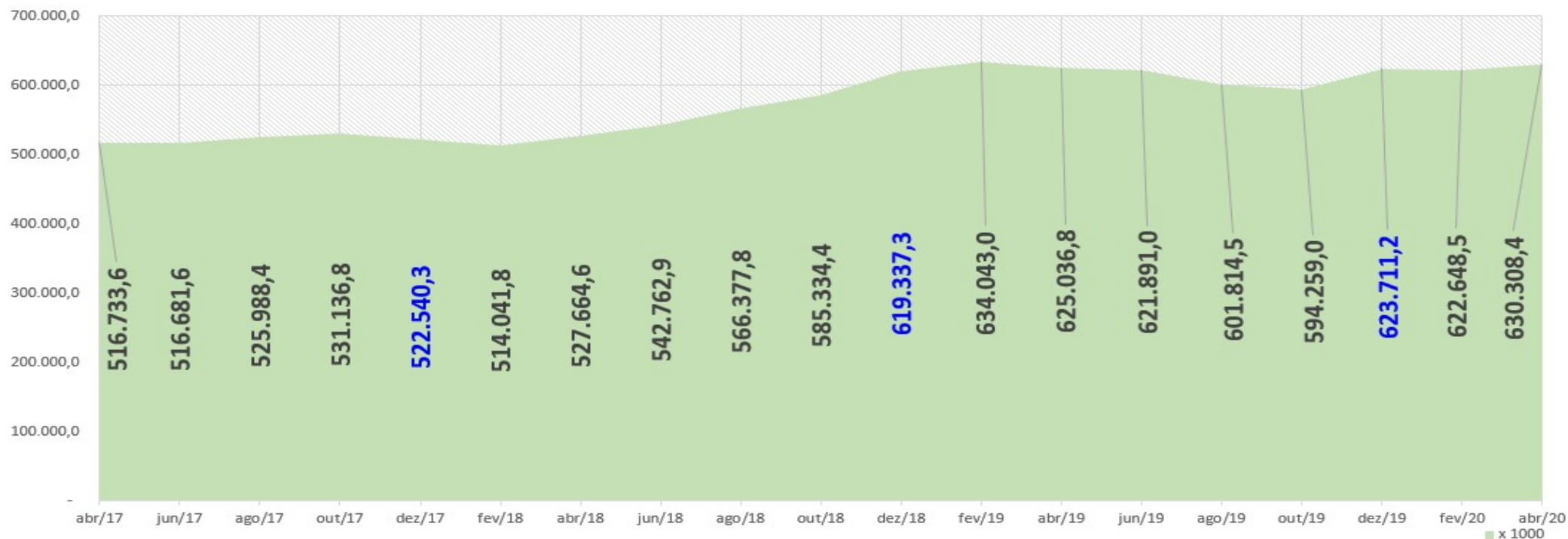
A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### ■ **Deduções**

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

## ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida



- Ligeiro crescimento de 1,23% em relação ao apurado no bimestre passado, sendo que com a redução do barril do petróleo, somado a redução dos investimentos no setor, indicando uma forte redução da Receita Corrente Líquida para as próximas apurações bimestrais.

## ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Os dados do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

As receitas e as despesas são administradas pelo Rio das Ostras Previdência – OSTRAPREV.

| <b>EXECUÇÃO</b>                                       |                         |
|---|-------------------------|
|   | <b>2020</b>             |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>                       | <b>15.980.940,5</b>     |
| <i>Receitas de Contribuições dos Segurados</i>        | <i>3.391.002,60</i>     |
| <i>Receitas de Contribuições Patronais</i>            | <i>4.415.996,9</i>      |
| <i>Receita Patrimonial</i>                            | <i>8.172.564,4</i>      |
| <i>Outras Receitas Correntes</i>                      | <i>44.555,4</i>         |
| <i>(-) Aportes Per. p/ Amort. do Déf. At. do RPPS</i> | <i>43.178,8</i>         |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>                       | <b>5.986.841,4</b>      |
| <b>Benefícios - Civil</b>                             | <b>5.986.841,4</b>      |
| <i>Aposentadorias</i>                                 | <i>3.776.011,7</i>      |
| <i>Pensões</i>  | <i>1.018.528,7</i>      |
| <i>Outros Benefícios Previdenciários</i>              | <i>1.192.301,0</i>      |
| <b>Benefícios - Militar</b>                           | <b>-</b>                |
| <b>Outras Despesas Previdenciárias</b>                | <b>-</b>                |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS</b>                | <b>9.994.099,1</b>      |
| <b>TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS</b>               | <b>505.654.917,0</b>    |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - 2018 a 2093 *</b>       | <b>-2.582.259.332,4</b> |

\* Informação Constante do Anexo 10 em 31/12/2019

## ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ter sido executada efetivamente.

|  | RP Processados      | RP não Processados   |
|--|---------------------|----------------------|
| PREFEITURA RIO DAS OSTRAS                | 3.421.912,30        | 19.142.587,90        |
| INSTITUTO PREVIDÊNCIA RIO DAS OSTRAS     | 5.836,90            | 123.197,00           |
| FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA       | 9.850,60            | 361.099,10           |
| FUNDO MUN SAÚDE RIO DAS OSTRAS           | 772.977,50          | 5.285.953,80         |
| FUNDO MUN ASSIST SOCIAL RIO DAS OSTRAS   | 167.941,10          | 545.601,90           |
| FUNDO M. HAB. INT. SOCIAL RIO DAS OSTRAS | -                   | 95.389,80            |
| FUNDO MUN MEIO AMBIENTE RIO DAS OSTRAS   | -                   | 5.000,00             |
| FUNDO M. INFÂNCIA E ADOL. RIO DAS OSTRAS | -                   | -                    |
| SERVIÇO AUT ÁGUA E ESGOTO RIO DAS OSTRAS | -                   | 448.714,70           |
| FUNDO MUN PROT DEF CONSUM RIO DAS OSTRAS | -                   | 25.576,90            |
| FUNDO MUN CULTURA DE RIO DAS OSTRAS      | -                   | 320,70               |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>4.378.518,40</b> | <b>26.033.441,80</b> |

Os Valores aqui apresentados são os saldos a pagar e pendentes de processamento.



## ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

A Constituição Federal estabelece que o Município deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor equivalente ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal (25%). Tal verificação se faz necessária em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

| RECEITA  | R\$              | DESPESA   | R\$             |
|--|------------------|---|-----------------|
| <b>1 - Impostos</b>  | <b>53.848,5</b>  | <b>Função 12 - EDUCAÇÃO</b>   | <b>32.831,1</b> |
| <b>IPTU</b> (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 17.819,1         | 12.361 Ensino Fundamental   | 24.523,0        |
| <b>ITBI</b> (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 2.900,8          | 12.362 Ensino Médio   | 134,6           |
| <b>ISS</b> (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)  | 24.781,4         | 12.365 Educação Infantil  | 8.173,5         |
| <b>IRRF</b> (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 8.347,3          | <b>TOTAL DESPESA COM EDUCAÇÃO PARA LIMITE</b>                               | <b>32.696,5</b> |
| <b>2 - Transferências Constitucionais Legais</b>             | <b>56.144,8</b>  | <i>Despesas custeadas com recursos do exercício de 2018</i>                 | 1.612,0         |
| Cota-Parte FPM - (100%)                                      | 22.270,9         | <i>Cancelamento de Restos a Pagar recursos Impostos vinculado ao Ensino</i> | 24,6            |
| Cota-Parte ICMS - (100%)                                     | 23.359,1         | <b>(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>                               | <b>19.201,8</b> |
| Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)           | -                | <b>TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>                      | <b>11.858,1</b> |
| Cota-Parte IPI - (100%)                                      | 558,7            | <b>MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA MDE</b>                   | <b>10,78%</b>   |
| Cota-Parte ITR   | 0,7              |   |                 |
| Cota-Parte IPVA  | 9.955,3          |   |                 |
| <b>Transferência do FUNDEB</b>                               | <b>30.422,2</b>  |   |                 |
| Rendimento Aplicação Financeira FUNDEB                       | 25,8             |   |                 |
| <b>BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO</b>                              | <b>109.993,3</b> |   |                 |
| <b>(-) Dedução para Formação do FUNDEB</b>                   | <b>11.220,4</b>  |   |                 |

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 10,78% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em educação. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

## ANEXO XII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

| RECEITA   | R\$              | DESPEZA   | R\$             |
|---|------------------|---|-----------------|
| <b>1 - Impostos</b>                                   | <b>53.848,5</b>  | ATENÇÃO BÁSICA (IV)                                       | 4.740,2         |
| IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 17.819,1         | ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)                 | 20.405,3        |
| ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 2.900,8          | SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)                     | -               |
| ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)  | 24.781,4         | VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)                                | -               |
| IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 8.347,3          | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)                          | 2.164,6         |
| <b>2 - Transferências Constitucionais Legais</b>      | <b>56.144,8</b>  | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)                               | -               |
| Cota-Parte FPM - (100%) CF. 159 "I" "b"               | 22.270,9         | OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)                                     | 7.264,3         |
| Cota-Parte ICMS - (100%)                              | 23.359,1         | <b>TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>    | <b>34.574,4</b> |
| Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)    | -                | <b>MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA ASP</b> | <b>31,43%</b>   |
| Cota-Parte IPI - (100%)                               | 558,7            |   |                 |
| Cota-Parte ITR  | 0,7              |   |                 |
| Cota-Parte IPVA                                       | 9.955,3          |   |                 |
| <b>BASE DE CÁLCULO SAÚDE</b>                          | <b>109.993,3</b> |   |                 |

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 31,43% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em saúde. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

## ANEXO XIII – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

|  | R\$ x1.000       |
|--|------------------|
| TOTAL DE ATIVOS  | -                |
| TOTAL DE PASSIVOS (I)                                  | 129.868,8        |
| Obrigações Não Relacionadas a Serviços                 | 129.868,8        |
| <b>SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)</b> | <b>129.868,8</b> |

| Despesas com PPP                    | 2020                 | 2021                 | 2022                 | 2023                 | 2024                 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 001/2007.                           | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>           | <b>27.144.286,60</b> | <b>28.335.920,20</b> | <b>29.579.867,10</b> | <b>30.873.423,20</b> | <b>32.233.986,00</b> |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL)      | 630.308.434,90       | 633.833.670,30       | 637.378.621,90       | 640.943.400,00       | 644.528.115,40       |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)</b> | <b>4,30</b>          | <b>4,50</b>          | <b>4,60</b>          | <b>4,80</b>          | <b>5,00</b>          |

# RRGF – RELATÓRIO GESTÃO FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

## ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

| EXECUÇÃO   |                       |
|--|-----------------------|
|  | Empenhado             |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>   | <b>348.233.341,63</b> |
| <i>Pessoal Ativo</i>   | <i>330.171.323,55</i> |
| <i>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</i>                            | <i>301.474.176,86</i> |
| <i>Obrigações Patronais</i>  | <i>25.543.482,43</i>  |
| <i>Benefícios Previdenciários</i>  | <i>3.153.664,26</i>   |
| <i>Pessoal Inativo e Pensionista</i>   | <i>18.062.018,08</i>  |
| <i>Aposentadorias, Reservas e Reformas</i>   | <i>14.613.285,36</i>  |
| <i>Pensões</i>   | <i>3.448.732,72</i>   |
| <i>Outros Benefícios Previdenciários</i>   | <i>-</i>              |
| <i>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18 §1º LRF)</i> | <i>-</i>              |
| <b>Despesas não Computadas (art. 19 § 1º da LRF) (II)</b>                            | <b>25.689.479,35</b>  |
| <i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>                  | <i>3.872.644,54</i>   |
| <i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>   | <i>-</i>              |
| <i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>   | <i>621.779,56</i>     |
| <i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>                               | <i>21.195.055,25</i>  |
| <b>Total da Despesa com Pessoal Para fins de Limite</b>                              | <b>322.543.862,28</b> |

|   |                       |               |
|---|-----------------------|---------------|
| <i>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</i>  | <i>630.308.434,94</i> |               |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP</b>  | <b>322.543.862,28</b> | <b>51,17%</b> |
| <i>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</i>                 | <i>340.366.554,87</i> | <i>54,00%</i> |
| <i>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0.95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</i> | <i>323.348.227,12</i> | <i>51,30%</i> |
| <i>LIMITE DE ALERTA (X) = (0.90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</i>  | <i>306.329.899,38</i> | <i>48,60%</i> |

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo alcançou o percentual de 51,17% da Receita corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, nos termos Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Estando nesse contexto dentro do Limite de Alerta conforme art. 59, § 1º, Inciso II da LRF.

## ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

|  | 2018                  | 1º Quad 2019          | 2º Quad 2019 | 3º Quad 2019 |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|--------------|
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>                       | <b>139.245.322,70</b> | <b>138.901.748,50</b> | -            | -            |
| <i>Dívida Contratual</i>                                 | <i>139.245.322,70</i> | <i>138.901.748,50</i> | -            | -            |
| <i>Financiamentos</i>                                    | <i>129.868.824,20</i> | <i>129.868.824,20</i> | -            | -            |
| <i>Internos 1</i>  | <i>129.868.824,20</i> | <i>129.868.824,20</i> | -            | -            |
| <i>Parcelamento e Renegociação de dívidas</i>            | <i>9.376.498,50</i>   | <i>9.032.924,30</i>   | -            | -            |
| <i>De Contribuições Previdenciárias</i>                  | <i>9.376.498,50</i>   | <i>9.032.924,30</i>   | -            | -            |
| <b>DEDUÇÕES(II)<sup>1</sup></b>                          | <b>178.408.212,30</b> | <b>193.002.881,90</b> | -            | -            |
| <i>Disponibilidade de Caixa Bruto</i>                    | <i>185.003.780,50</i> | <i>197.099.722,60</i> | -            | -            |
| <i>(-) Restos a Pagar Processados</i>                    | <i>6.595.568,20</i>   | <i>4.096.840,70</i>   | -            | -            |
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b> | <b>-39.162.889,60</b> | <b>-54.101.133,40</b> | -            | -            |

O presente quadro traz informações pertinentes ao endividamento, porém, na composição do anexo segundo a legislação não são computados compromissos assumidos no exercício (empenhados) e não liquidados conforme anexo I que totalizam R\$ 84.137.425,90, obrigações do exercício liquidadas e não pagas que totalizam R\$ 496.904,42 e compromissos assumidos em exercícios anteriores e não liquidados (Restos a Pagar **não** Processados) que totalizam R\$ 25.232.647,61.

Nesse contexto o anexo não contempla um montante de valores comprometidos, de curto prazo de pagamento no valor de **R\$ 100.520.591,26**.

## ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

| GARANTIAS CONCEDIDAS                                   | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 |                       |                       |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
|  |                             | Até o 1º Quadrimestre      | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| AOS ESTADOS ( I )                                      | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em operações de Crédito Externas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Operações de Crédito Internas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| AOS MUNICÍPIOS ( II )                                  | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em operações de Crédito Externas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Operações de Crédito Internas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS( III )                        | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em operações de Crédito Externas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Operações de Crédito Internas                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS ( IV )                  | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| <b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)=(I+II+III+IV)</b>    | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>             | 623.825.978,1               | 630.308.434,9              | 0,0                   | 0,0                   |
| <b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>            | 0,00 %                      | 0,00 %                     | 0,00 %                | 0,00 %                |
| <b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> | 22,00 %                     | 22,00 %                    | 22,00 %               | 22,00 %               |
| <b>LIMITE DE ALERTA</b>                                | 19,80 %                     | 19,80 %                    | 19,80 %               | 19,80 %               |

## ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS                                   | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 |                       |                       |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
|   |                             | Até o 1º Quadrimestre      | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DOS ESTADOS (VII)   | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII)                                       | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)                              | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas                | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)             | 0,0                         | 0,0                        | 0,0                   | 0,0                   |
| <b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI)=(VII+VIII+IX+X)</b> | <b>0,0</b>                  | <b>0,0</b>                 | <b>0,0</b>            | <b>0,0</b>            |



## ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES   | VALOR          | % SOBRE RCL |
|---|----------------|-------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)   | 630.308.434,94 | --          |
| OPERAÇÕES VEDADAS (V)   | --             | --          |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIb)   | 0,00           | 0,00 %      |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (Inciso I do artigo 7º da Resolução SF nº 43/2001) | 100.849.349,59 | 16 %        |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF) - <%>   | 90.764.414,63  | 14,4 %      |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL   | 0,00           | 0,00 %      |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA   | 0,00           | 0 %         |

# INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Anexo I – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública

Anexo II - Efluentes e Resíduos Sólidos

Anexo III - Royalties

## ANEXO I – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A CIP é cobrada para fazer face ao custeio do serviço público de iluminação, incluindo a instalação, consumo de energia, manutenção, melhoramento, operação, fiscalização e demais atividades vinculadas ao sistema de iluminação das vias e dos logradouros públicos existentes no território do Município.

| CIP                       |                      |
|---------------------------|----------------------|
| <b>Valor Arrecadado</b>   | <b>9.662.579,90</b>  |
| <b>Despesa Empenhada</b>  | <b>17.966.039,86</b> |
| Energia Elétrica          | 14.200.000,00        |
| Extensão de Rede Elétrica | 1.766.039,86         |
| Manutenção Iluminação     | 2.000.000,00         |

## ANEXO II – EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS

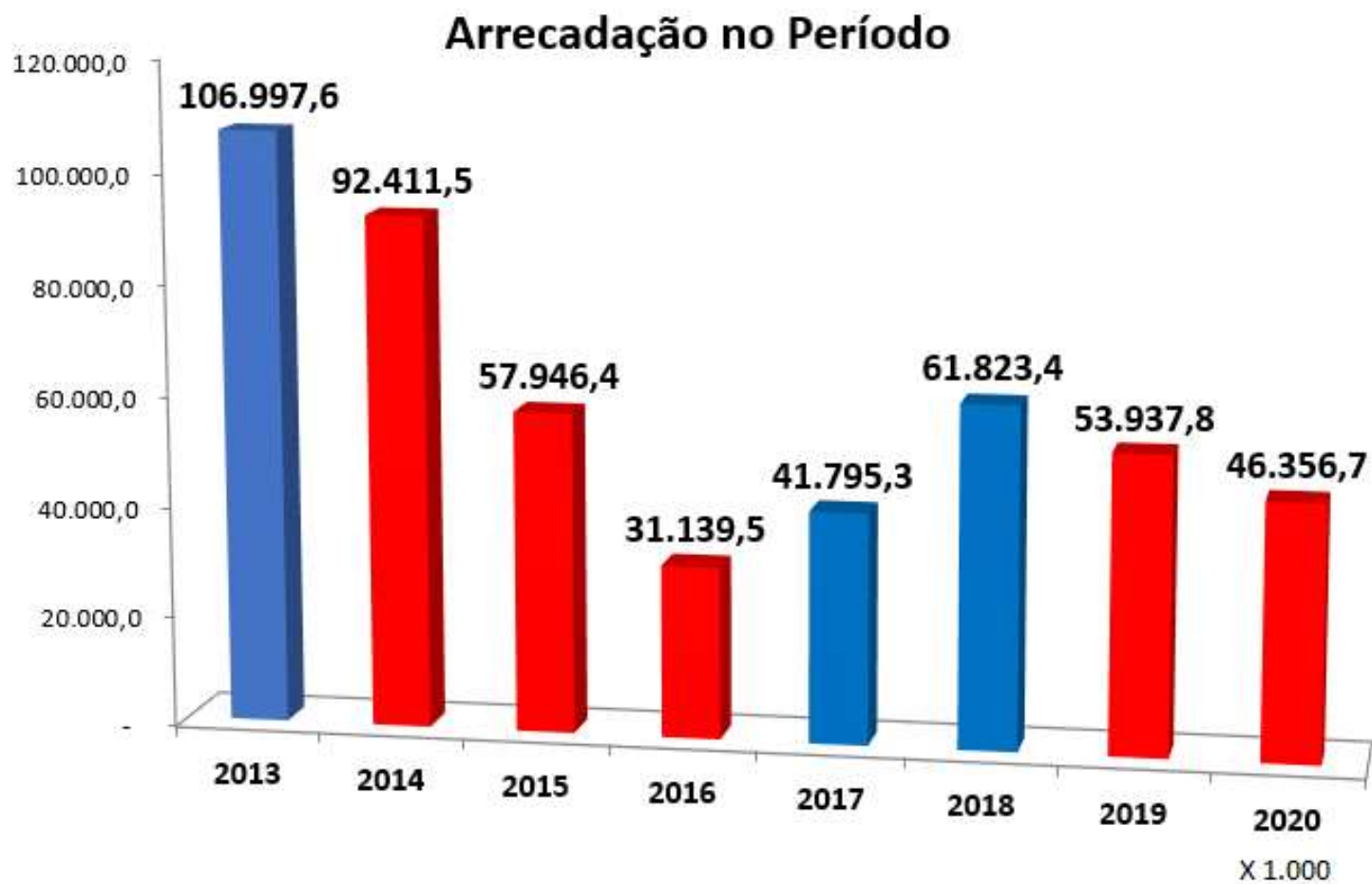
As taxas de efluentes e resíduos sólidos são cobradas mediante a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É receita não vinculada, e não detém fonte de recurso específico que a direcione as despesas específicas.

| <b>Efluentes e Resíduos Sólidos</b>   |               |
|---------------------------------------|---------------|
| <b>Valor Arrecadado</b>               | -             |
| Taxas de Efluentes e Resíduos Sólidos | 3.255.888,34  |
| <b>Despesa Empenhada</b>              | -             |
| Gestão de Resíduos Sólidos            | 10.110.541,46 |

A arrecadação com Taxa de Efluentes e Resíduos Sólidos corresponde a aproximadamente 32,2% da despesa com a Atividade Governamental de Gestão de Resíduos Sólidos, no contexto anual essa relação é representada por um percentual de 32,9% em 2019.

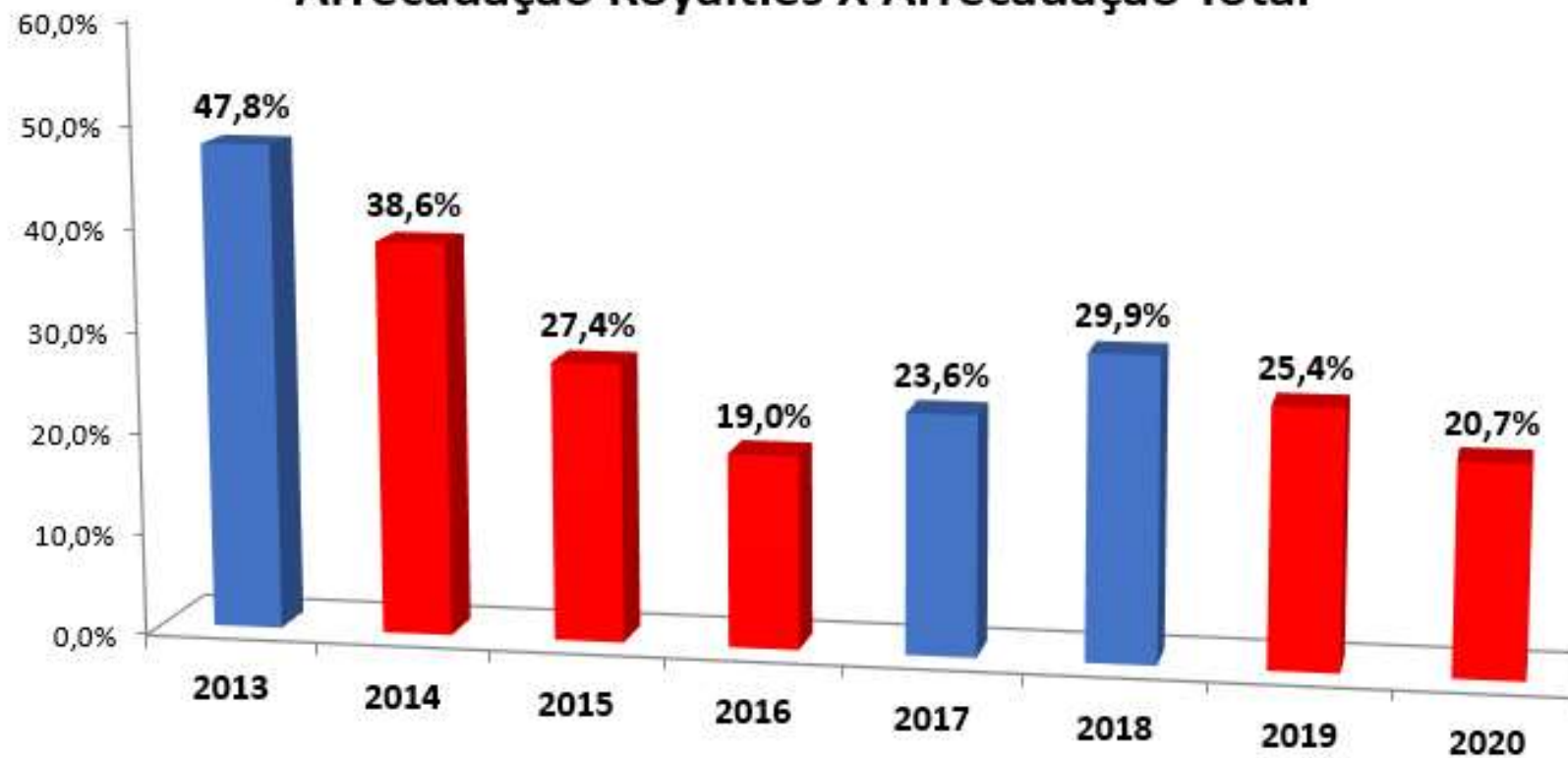
Pela análise do comportamento das transferências dos recursos *royalties* e participação especial dos últimos oito anos, ficou demonstrado no 1º Quadrimestre de 2020, com um decréscimo dos repasses nos exercícios de 2013 a 2015 seguidos por recuperação nos exercícios 2017 e 2018 e posteriores quedas em 2019 e 2020, gerada a princípio , esta última, pela diminuição da produção do setor, e é esperado para os próximos meses mais quedas em virtude de uma maior diminuição da produção no setor e a queda no preço do barril de petróleo a partir do mês de fevereiro.

## ANEXO III – ROYALTIES



## ANEXO III – ROYALTIES

### Arrecadação Royalties X Arrecadação Total





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE FAZENDA

---

Com estes dados, disponibilizados à população no site <http://www.riodasostras.rj.gov.br>, e com a realização da Audiência Pública, o Município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 29 de maio de 2020.

Júlio César dos Santos Marins  
Secretário Municipal de Fazenda